

INDICO CAPITAL PARTNERS
WORLD-CLASS VC FIRM

4 FUNDOS GERIDOS PELA INDICO CAPITAL PARTNERS
AuM TOTAL DE €141M

Indico VC Fund I	Indico Acceleration Fund I	Indico Opportunity Fund	Indico Blue Fund
Capital: €54M Capital Privado: 40%	Capital: €12M Capital Privado: 100%	Capital: €25M Capital Privado: 30%	Capital: €50M Capital Privado: 100%
Status: Completamente subscrito	Status: Completamente subscrito	Status: Completamente subscrito	Status: Completamente subscrito
Vintage: 2019	Vintage: 2020	Vintage: 2022	Vintage: 2022
Tese de Investimento: Tech Seed to Series A	Tese de Investimento: Tech Pre-Seed (investir nas participantes do Indico Founders Program)	Tese de Investimento: Mecanismo Match-Fund para o VC Fund I Series A e acima Reapostar nos vencedores	Tese de Investimento: Economia azul Early Stage + Capital de Expansão Investir nas participantes do Indico Founders Program
Portfólio: 14 empresas ativas + 1 write-off	Portfólio: 11 empresas ativas + 5 write-offs	Portfólio: 1 empresa ativa	Portfólio: 3 empresas ativas

Google for Startups

2

INDICO CAPITAL PORTFOLIO
A INDICO CAPITAL ATUALMENTE CONTA COM UM PORTFÓLIO DE 28 EMPRESAS ATIVAS, QUE JÁ LEVANTARAM MAIS DE €1.700M (MÚLTIPLO 40X DO NOSSO INVESTIMENTO DE €44,4M)

VC FUND I
15 Investimentos
14 Empresas Ativas
€35,8M Investidos

ACCELERATION FUND I
16 Investimentos
11 Empresas Ativas
€3,6M Investidos







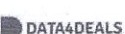


BLUE FUND
3 Investimentos
3 Empresas Ativas
€1,1M Investidos
€3,6M subscrito

OPPORTUNITY FUND
1 Investimento
1 Empresa Ativa
€4M Investidos

TIER, anchorage digital, bizay, Barkyn, Eat Tasty, SOUND PARTICLES, kéncko, Unbabel, remote, ZENKUS, INFRASPEAK, nutrium, EXCLUSIBLE, B.unch, innovationcast, modatto, spotlight, Bam&Boo, BILDIA, Framedrop, 360hyper, planless.io, relive, DATA4DEALS, ARTPOOL, Ittinsect, BIOMIMETX, INCLITA SEAWEED SOLUTIONS, Unbabel

Legend: = SFIDE, = unicórnio

3

INDICO CAPITAL PARTNERS		Empresa	Descrição	Montante Total Investido Indico (€ mil)	Montante SIFIDE 2 Investido Indico (€ mil)	Montante investido por Outros Investidores SIFIDE 2 (€ mil)
INVESTIMENTOS ENQUADRÁVEIS NO SIFIDE 2 REALIZADOS PELA INDICO CAPITAL - €4,7M ↓ MAIS DE €15M DE INVESTIMENTO ADICIONAL EM DISCUSSÃO EM NOVAS OPORTUNIDADES			A 360hyper é um marketplace de supermercado e software que permite aos retalhistas otimizarem a venda online dos seus produtos a clientes B2B e B2C.	475	164	375
			A InnovationCast® é um software de gestão da inovação colaborativa que ajuda as empresas a envolver as pessoas para cocriar ideias e fazê-las ganhar vida.	475	216	250
			A Modatta é um marketplace para soluções capacitadas de dados pessoais consentidos, permitindo que os indivíduos aprendam e monetizem seus dados pessoais.	350	66	350
			A Spotlite é um sistema de monitorização de infraestrutura baseado em imagens de satélite que fornece análise de risco para avaliação de integridade estrutural.	350	151	125
			A Bam&Boo é uma marca de produtos de higiene e beleza sustentáveis, desde xampus e sabonetes até escovas e pastas de dentes.	175	33	0
			A Framedrop desenvolve um software com inteligência artificial que oferece aos livestreamers uma maneira fácil de monetizar seu conteúdo off-stream.	250	111	250
			A Data4Deals analisa informação financeira, de forma anonimizada, propriedade de entidades financeiras para oferecer ofertas comerciais personalizadas para determinados tipos de consumidores	500	500	500
			A BioMimetx é uma startup de biotecnologia focada no desenvolvimento de soluções de "bioincrustação" não tóxicas e biodegradáveis com grande eficiência.	250	250	0
			A Inclita é uma empresa de biotecnologia marinha dedicada ao desenvolvimento sustentável, produção e comercialização de extratos funcionais de algas.	3.200	3.200	0
				Total		6.025

4

IMPACTO PARTICIPADAS INVESTIDAS COM CAPITAL SIFIDE 2 PELA INDICO CAPITAL - ALAVANCA DE CRESCIMENTO							41 <i>Novos empregos criados com investimentos SIFIDE da Indico</i> €14,2M <i>Total capital levantado vs €GM investidos pela Indico (dos quais apenas €4,7M SIFIDE 2)</i> 100% <i>Taxa de sobrevivência de portfolio que recebeu investimento SIFIDE da Indico até à data</i>
Empresa	Ano Investimento Inicial	Fase Investimento Inicial	# Empregados Iniciais	Fase Investimento Atual	# Empregados Atuais	Total Capital Levantado (€M)	
	2020	Pre-seed	7	Pre-series A	21 (+14)	1,1	
	2020	Pre-seed	4	Seed	9 (+5)	1,4	
	2020	Pre-seed	1	Seed	5 (+4)	1,5	
	2021	Pre-seed	5	Seed	15 (+10)	1,7	
	2021	Pre-seed	3	Seed	6 (+3)	0,4	
	2022	Pre-seed	2	Seed	7 (+5)	1,1	
	2023	Seed	5	Seed	5 (=)	1,5	
	2023	Seed	3	Seed	3 (=)	2,3	
	2023	Seed	7	Seed	7 (=)	3,2	
Total						14,2	

5

INDICO
CAPITAL PARTNERS

OUTRAS PARTICIPADAS DA INDICO CERTIFICADAS PELA ANI QUE RECEBERAM CAPITAL DE INVESTIDORES SIFIDE 2 (investidas com fundos não SIFIDE 2 por parte da Indico Capital)

Unbabel INFRASPEAK bizay nutrium

6

INDICO
CAPITAL PARTNERS

SIFIDE 2 COMO FERRAMENTA PARA MITIGAR A SUBCAPITALIZAÇÃO DO ECOSISTEMA EMPREENDEDOR PORTUGUÊS

Investimento em Venture Capital como % do PIB em 2021
(Localização da Participada)

Localização da Participada	Investimento em VC como % do PIB em 2021
Finlândia	0.32%
Dinamarca	0.24%
Países Baixos	0.22%
Suécia	0.18%
Austria	0.17%
Reino Unido	0.17%
Países Bálticos	0.12%
França	0.12%
Alemanha	0.11%
Europa Total	0.11%
Espanha	0.11%
Suíça	0.06%
Bélgica	0.06%
Hungria	0.06%
Irlanda	0.06%
Luxemburgo	0.05%
República Checa	0.05%
Noruega	0.05%
Bulgária	0.04%
Grecia	0.04%
Outros CEE	0.04%
Portugal	0.02%
Polónia	0.02%
Itália	0.02%
Roménia	0.02%
Ucrânia	0.02%

81%
Abaixo da média europeia em 2021

Fonte: Invest Europe: Investing in Europe: Private Activity 2021

7

5.ª COF | Proposta de Lei n.º 56/XV/1.ª (GOV) | Audição Indico Capital

1. Sem capital não há start-ups – necessário haver Fundos profissionais (sem bancos não há empréstimos, sem clubes grandes em Portugal não há Ronaldos). Portugal na cauda da Europa em % do PIB no que toca a investimento capital de risco.
2. Os fundos em Portugal são pequenos, em grande parte por falta de investidores – estrangeiros sim, poucos, Portugueses quase nenhuns. Privados não investem por falta de conhecimento, conservadorismo, não querem ter investimentos sem liquidez, mesmo que retorno seja potencialmente muito bom.
3. SIFIDE, é forma de incentivar privados a experimentarem classe de ativos e tem sido fundamental no crescimento dos fundos nacionais e respetivas participadas.
4. Existiram abusos, mas já não se podem fazer empréstimos, processo ANI muito mais rigoroso, já não se podem comprar empresas. Alguns operadores ainda vendem essencialmente créditos fiscais – é o que atrai os investidores. Há que corrigir.
5. Alterações atuais não corrigem, matam o programa.
 - a. 90% investimento, impossível de gerir um fundo com apenas 10% para despesas (standard é 20%, veja-se BPF, FEI etc);
 - b. 3 anos é demasiado arriscado, estava bem 5 anos. Retroatividade impossível.
 - c. Retirar incentivo variável e ficar apenas no fixo é um grande desincentivo aos privados experimentarem a classe de ativos. Em todo o caso não devia passar de 70% para não ser considerado ajuda de Estado.
6. Alterações deviam promover o que está bem – investir em empresas I&D, eventualmente baixando a perda fiscal para o Estado e prevenir abusos.
7. Duas alterações fundamentais não estão consideradas:
 - a. Não devia haver fundos com mais de 50% de capital SIFIDE porque todos os projetos tem componente não SIFIDE e assim eliminavam-se os abusos. Mas obrigava os operadores a ir ao mercado buscar capital em condições normais. Maioria não conseguirá reduzindo a dimensão do custo fiscal.
 - b. Não deviam ser permitidos fundos com um participante com mais de 50% do fundo. Evitava fundos verticalizados de grandes empresas fora de standard de mercado (Fundo Europeu de Investimento não permite por exemplo).
8. Com estas duas alterações baixa a fatura fiscal e promove-se o capital para empresas inovadoras. Com as alterações propostas mata-se o regime totalmente exceto para grandes empresas. É uma escolha que tem que ser feita entre estes cenários.

**Stephan Morais – Presidente do Conselho de Administração da Indico Capital Partners,
Membro da Direção da Associação Portuguesa de Capital de Risco. 7 de Março de 2023.**



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Proposta de Lei n.º 56/XV

Exposição de Motivos

As *start-ups* são empresas de dimensão enquadrável na noção de micro, pequenas ou médias empresas, que se caracterizam por um modelo de negócio inovador ou por se dedicarem a atividades com uma forte componente de inovação, normalmente de base tecnológica, com potencial para um rápido crescimento.

Pela sua natureza, tanto as *start-ups* como as *scaleups* – com características idênticas, mas de maior dimensão e, ainda assim, com elevado potencial de rápido crescimento – assumem um papel importante na transformação digital do tecido empresarial, sendo protagonistas de relevo no desenvolvimento de um novo paradigma económico, assente no conhecimento e na inovação.

Commented [A1]: Não há startups sem capital.

Importa, por isso, criar um quadro regulatório que incentive a sua criação e o desenvolvimento da sua atividade, em linha com o Programa do XXIII Governo Constitucional e com a declaração ministerial *EU Startup Nations Standard of Excellence*, assinada pelo Governo no decurso da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia de 2021.

Nesse sentido, a presente lei procede à definição dos conceitos legais de *start-up* e de *scaleup*, tendo em vista a promoção do ecossistema nacional de empreendedorismo e a definição de políticas específicas de investimento, em linha com as reflexões efetuadas ao nível da União Europeia constantes da Declaração *EU Startup Nations Standard of Excellence*.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conexa com esta temática está a da tributação dos regimes de remuneração assentes em opções de aquisição de participações sociais, que constitui um aspeto de importância central na atração e retenção de profissionais altamente qualificados no domínio das novas tecnologias, sendo particularmente relevante no ecossistema de *start-ups* na fase de arranque e ignição em Portugal.

Atendendo às especificidades destes regimes remuneratórios – e de modo a assegurar que a tributação ocorre apenas no momento em que o rendimento é efetivamente realizado – garante-se que os trabalhadores de todas as empresas que sejam qualificadas como *start-up* sejam apenas tributados no momento da alienação das participações sociais adquiridas por esta via. Adicionalmente, prevê-se que o mesmo regime possa ser aproveitado por empresas qualificadas como micro, pequenas e médias empresas ou empresas de pequena-média capitalização (*small mid cap*), bem como todas aquelas que, em face da sua estrutura de negócio, comprovadamente desenvolvam a sua atividade no setor da inovação.

Através do regime ora proposto, a legislação fiscal portuguesa aproxima-se das legislações recentes mais eficazes de outros Estados-membros, garantindo condições eficientes para o estabelecimento e manutenção de *start-ups* tecnológicas e restantes empresas disruptivas no território nacional e, bem assim, para o fomento de uma economia orientada para o crescimento alicerçado na digitalização e inovação.

Adicionalmente, com vista a continuar a promover e incentivar o investimento das empresas em investigação e desenvolvimento (I&D), o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II) é reforçado mediante um aumento de oito para



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

doze anos do prazo para reporte de despesas que, por insuficiência de coleta, não tenham sido deduzidas e, bem assim, da majoração de 110 % para 120 % relativa a despesas com atividades de I&D associadas a projetos de conceção ecológica de produtos. Por seu turno, dando continuidade às alterações promovidas pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021, a qual introduziu medidas de combate à fraude e planeamento fiscal no SIFIDE II, em particular na componente de investimento indireto, na parte referente a participações de capital e contribuições para fundos de investimento, prevêem-se alterações com o objetivo de prevenir as situações de duplo benefício fiscal na esfera da entidade financiadora e na esfera da entidade que desenvolve a atividade de I&D, canalizando o maior alcance do benefício para o investimento direto.

Assim:

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo apresenta à Assembleia da República a seguinte proposta de lei:

CAPÍTULO I

Disposição inicial

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei procede à:

- a)* Definição dos conceitos legais de *start-up* e de *scaleup*;
- b)* Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na sua redação atual (CIRS);
- c)* Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, na sua redação atual (EBF); e
- d)* Alteração ao Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

n.º 162/2014, de 31 de outubro, na sua redação atual (CFI).

CAPÍTULO II

Start-ups e scaleups

Artigo 2.º

Noção de *start-up*

1 - Considera-se *start-up* a pessoa coletiva que, cumulativamente:

- a) Exerça atividade por um período inferior a 10 anos;
- b) Empregue menos de 250 trabalhadores;
- c) Tenha um volume de negócios anual que não exceda os 50 milhões de euros;
- d) Não resulte de uma cisão de uma grande empresa e não tenha no seu capital qualquer participação maioritária direta ou indireta de uma grande empresa;
- e) Tenha sede ou pelo menos 25 trabalhadores em Portugal; e
- f) Cumpra uma das seguintes condições:
 - i) Ser uma empresa inovadora com um elevado potencial de desenvolvimento, com um modelo de negócio, produtos ou serviços inovadores, enquadrando-se nos termos definidos pela Portaria n.º 195/2018, de 5 de julho, ou à qual tenha sido reconhecida idoneidade pela ANI-Agência Nacional de Inovação, S. A., na prática de atividades de investigação e desenvolvimento ou certificação do processo de reconhecimento de empresas do setor da tecnologia;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- ii) Ter concluído pelo menos uma ronda de financiamento de capital de risco por entidade legalmente habilitada para o investimento em capital de risco sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) ou de autoridade internacional congénere da CMVM, ou mediante a aportação de instrumentos de capital ou quase capital por parte de investidores que não sejam acionistas fundadores da empresa, nomeadamente por *business angels*, certificados pelo IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I. P. (IAPMEI, I. P.);
 - iii) Ter recebido investimento do Banco Português de Fomento, S. A., ou de fundos por este geridos, ou de um dos seus instrumentos de capital ou quase capital.
- 2 - Não estão abrangidas pela subalínea ii) da alínea f) do número anterior empresas de promoção, intermediação, investimento ou desenvolvimento imobiliário.
- 3 - A falta de verificação dos requisitos previstos na alínea f) do n.º 1 pode ser suprida por declaração prévia emitida pela Startup Portugal – Associação Portuguesa para a Promoção do Empreendedorismo – SPAPPE (Startup Portugal) com fundamento e evidência de a requerente ser detentora de modelo de negócio, produto ou serviço inovador ou detentora de um negócio rapidamente escalável e com forte potencial de crescimento.
- 4 - Para efeitos do disposto na presente lei, considera-se *business angel* a pessoa individual que realiza investimentos em *start-ups*, contribuindo para o reforço da sua capacidade financeira e da sua experiência e conhecimento do mercado.

Artigo 3.º

Noção de *scaleup*

Considera-se *scaleup* a pessoa coletiva que, não cumprindo os requisitos previstos nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo anterior, mas observando os demais requisitos estabelecidos no



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

mesmo número, reúne as condições necessárias para a obtenção da certificação *tech visa*, nos termos da Portaria n.º 328/2018, de 19 de dezembro, na sua redação atual.

Artigo 4.º

Reconhecimento

- 1 - O reconhecimento de uma *startup* ou *scaleup* é realizado mediante procedimento de comunicação prévia dirigida à Startup Portugal.
- 2 - A comunicação prévia referida no número anterior é realizada exclusivamente através da internet, no portal único de serviços públicos.
- 3 - O documento digital certificativo é disponibilizado no portal único de serviços públicos e constitui título válido de reconhecimento para todos os efeitos legais.
- 4 - A Startup Portugal mantém no seu sítio eletrónico uma lista atualizada das *start-ups* e *scaleups* reconhecidas.
- 5 - A Startup Portugal assegura a monitorização, acompanhamento e controlo às *start-ups* e *scaleups* reconhecidas, para efeitos, nomeadamente, da cessação do reconhecimento pela não verificação inicial ou superveniente dos requisitos para o reconhecimento, nos termos do artigo seguinte.
- 6 - Os interessados estão dispensados da apresentação de documentos que já se encontram na posse de qualquer serviço ou organismo da administração pública, devendo para o efeito as referidas entidades, mediante prévio consentimento, partilhar com a Startup Portugal esses documentos, através da plataforma de interoperabilidade da administração pública.

Artigo 5.º

Cessação do reconhecimento

- 1 - A cessação da verificação dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo 2.º ou no artigo 3.º determina a perda do reconhecimento do estatuto de *start-up* ou de *scaleup*.
- 2 - A manutenção do estatuto de *start-up* ou de *scaleup* depende da confirmação, por parte



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

da Startup Portugal, de três em três anos, da continuidade da verificação dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo 2.º ou no artigo 3.º.

- 3 - As pessoas coletivas que deixem de reunir os requisitos de atribuição do estatuto de *start-up* ou de *scaleup* devem comunicá-lo à Startup Portugal através do portal único de serviços públicos, num prazo de 30 dias a contar da data do evento que dê causa à falta de verificação dos requisitos previstos no n.º 1 do artigo 2.º ou no artigo 3.º.

Artigo 6.º

Procedimento

- 1 - O procedimento de reconhecimento e cessação do estatuto do *start-up* e de *scaleup* previsto na presente lei é definido por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da digitalização e da modernização administrativa e da economia.
- 2 - As funções administrativas atribuídas pela presente lei à Startup Portugal constituem competências próprias do IAPMEI, I. P., sendo prosseguidas por aquela agência, no âmbito do contrato-programa celebrado com esta entidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 33/2019, de 4 de março.
- 3 - Compete à Startup Portugal assegurar o desenvolvimento e gestão da plataforma de reconhecimento de *start-ups* e *scaleups* acessível através do portal único de serviços públicos, utilizando para o efeito a plataforma de interoperabilidade da administração pública.
- 4 - A publicação, divulgação e disponibilização, para consulta ou outro fim, de informações, documentos e outros conteúdos que, pela sua natureza e nos termos legalmente previstos, possam ou devam ser disponibilizados ao público, sem prejuízo do uso simultâneo de outros meios, deve estar disponível em formatos abertos, que permitam a leitura por máquina, para ser colocada ou indexada no portal de dados abertos da administração pública, em www.dados.gov.pt.

CAPÍTULO III



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 1 - Os ganhos previstos no n.º 7 da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS são apenas tributados ao abrigo do presente regime e considerados em 50 % do seu valor quando o plano seja atribuído por entidade que, no ano anterior à concessão do plano, seja reconhecida como *start-up*, nos termos do regime legal em vigor, e preencha pelo menos um dos requisitos previstos no número seguinte.
- 2 - São ainda abrangidos pelo disposto no número anterior os ganhos previstos no n.º 7 da alínea *b*) do n.º 3 do artigo 2.º do Código do IRS que sejam atribuídos por entidades relativamente às quais, no ano anterior à concessão do plano, se verifique uma das seguintes condições:
 - a*) Sejam qualificadas como micro, pequena ou média empresa ou como empresa de pequena-média capitalização, de acordo com os critérios previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual; ou
 - b*) Desenvolvam a sua atividade no âmbito da inovação, considerando-se como tal as entidades que tenham incorrido em despesas com investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), patentes, desenhos ou modelos industriais ou programas de computador equivalentes a pelo menos 10 % dos seus gastos ou volume de negócios.
- 3 - Para efeitos da alínea *b*) do número anterior, consideram-se despesas com I&D as previstas nas alíneas *a*) e *b*) do artigo 36.º do Código Fiscal do Investimento.
- 4 - A tributação nos termos do presente artigo depende da manutenção dos direitos subjacentes aos títulos geradores dos ganhos ou dos direitos equivalentes por um período mínimo de um ano, sendo os ganhos tributados no primeiro dos seguintes momentos:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- a)* Alienação dos valores mobiliários ou direitos equiparados adquiridos por via do exercício da opção, sendo apurados pela diferença positiva entre o valor de realização e o preço de exercício da opção ou direito, acrescido do que haja sido pago para aquisição dessa opção ou direito;
 - ou
 - b)* Perda da qualidade de residente em território português, sendo apurados pela diferença positiva entre o valor de mercado e o preço de exercício da opção ou direito, acrescido do que haja sido pago para aquisição dessa opção ou direito.
- 5 - Os trabalhadores ou membros de órgãos sociais das *start-ups*, nos termos do regime legal em vigor, e restantes entidades abrangidas pelo presente regime podem solicitar por escrito à entidade que atribuiu as opções ou direitos referidos nos números anteriores a confirmação de que esta reunia as condições previstas nos n.ºs 1 ou 2.
- 6 - Quando, na sequência de pedido efetuado nos termos do número anterior, a entidade que atribuiu as opções ou direitos referidos no n.º 1 confirme, por escrito, que reunia as condições referidas, ou não responda por escrito a esse pedido no prazo de 90 dias, a mesma é subsidiariamente responsável pelo pagamento do imposto em falta resultante do não cumprimento daquelas condições.
- 7 - Estão excluídos do presente benefício:
 - a)* Os sujeitos passivos que detenham direta ou indiretamente uma participação não inferior a 10 % do capital social ou dos direitos de voto da entidade atribuidora do plano;
 - b)* Os membros de órgãos sociais da entidade atribuidora do plano.
- 8 - O disposto no número anterior não é aplicável relativamente a entidades que, no ano anterior à concessão do plano, qualifiquem como micro ou



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

pequena empresa, de acordo com os critérios previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual.»

Artigo 9.º

Alteração ao Código Fiscal do Investimento

Os artigos 37.º, 37.º-A e 38.º do CFI passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 37.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - As despesas que digam respeito a atividades de investigação e desenvolvimento associadas a projetos de conceção ecológica de produtos são consideradas em 120 %.
- 7 - [...].
- 8 - [...].
- 9 - [...].
- 10 - O disposto na alínea *f*) do n.º 1 não é aplicável às operações realizadas entre entidades com relações especiais nos termos do artigo 63.º do Código do IRC.
- 11 - Para efeitos do número anterior considera-se existirem relações especiais entre o fundo de investimento e a respetiva sociedade gestora.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 37.º-A

[...]

- 1 - [...].
- 2 - O reconhecimento da idoneidade da entidade nos termos previstos no número anterior é válido até ao décimo segundo exercício seguinte àquele em que foi pedido.
- 3 - [...].
- 4 - [...].
- 5 - [...].
- 6 - [...].
- 7 - [...].
- 8 - [...].
- 9 - [...].
- 10 - [...].

Artigo 38.º

[...]

- 1 - [...].
- 2 - [...].
- 3 - [...].
- 4 - As despesas que, por insuficiência de coleta, não possam ser deduzidas no período em que foram realizadas podem ser deduzidas até ao décimo segundo período seguinte.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Artigo 10.º

Contraordenação e coimas

- 1 - A violação do disposto no n.º 3 do artigo 5.º constitui contraordenação grave.
- 2 - À contraordenação prevista no número anterior é aplicável uma coima entre € 1 700,00 e € 24 000,00.
- 3 - À contraordenação prevista no n.º 1 é aplicável o Regime Jurídico das Contraordenações Económicas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro, na sua redação atual.

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 11.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

- 1 - A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos em 1 de janeiro de 2023.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior:
 - a) O capítulo II da presente lei produz efeitos 180 dias após a data da sua publicação; e
 - b) Aos investimentos elegíveis ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 37.º do CFI anteriores à data de entrada em vigor da presente lei são aplicáveis as disposições previstas na presente lei, devendo os prazos previstos ser contados desde a data da sua produção de efeitos.

Commented [A4]: Investimentos em curso não podem passar de 5 para 3 anos por decreto. Retroactividade impossível.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 22 de dezembro de 2022

O Primeiro-Ministro



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

O Ministro das [Finanças]

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares

Commented [A5]: Se querem reduzir os abusos e a factura fiscal faltam aqui 2 alterações fundamentais para que fique mais de acordo com práticas de mercado: máximo de 50% de SIFIDE num fundos máximo de 50% de um investidor por fundo. O FEI nem nenhum investidor institucional aceita que um investidor tenha mais de 50% de um fundo. Nem a vast maioria de investimentos relevantes tem apenas I&D, tem vendas, marketing etc.